

HABEAS CORPUS Nº 493.082 - RS (2019/0040387-8)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GEZIEL MEDEIROS FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

GEZIEL MEDEIROS FERREIRA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no Agravo n.70080043698.

A Defensoria Pública se insurge contra o reconhecimento da prática de falta grave pelo paciente. Assinala que não existem provas suficientes de autoria e que é ilegal a alteração da data-base para futura progressão.

Requer a cassação do "acórdão proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça" (fl. 9).

Decido.

O habeas corpus comporta pronta solução, pois existe jurisprudência pacífica sobre a controvérsia.

A falta grave foi reconhecida com lastro em provas produzidas durante a sindicância. Consta dos autos que "com o apenado foi encontrado um aparelho celular [...] com chip"; agente penitenciário "recebeu uma denúncia da companheira do sindicato dando conta que ela estava recebendo ligações telefônicas do sindicato para ameaçá-la"; foi determinado ao paciente que "entregasse o aparelho com bateria e chip"; ele retornou à sua cela e "entregou o aparelho ao depoente" (fl. 73).

Nesse cenário, não é possível absolver o paciente. Em habeas corpus é "inviável afastar os fundamentos fáticos apontados pelas instâncias ordinárias para o reconhecimento da gravidade da infração e/ou sua

absolvição, pois demandaria o reexame de matéria fático-probatória" (**AgRg no HC n. 370.647/RJ**, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 27/2/2018).

Quanto à alteração da data-base, o aresto estadual está em conformidade com tese jurídica consolidada pela Terceira Seção em julgamento de recurso especial repetitivo (Tema n. 709), *in verbis*: "A prática de falta grave **interrompe o prazo para a progressão de regime**, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo" (**REsp n. 1364192/RS**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 3ª S., DJe 17/9/2014).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **denego o habeas corpus, in limine.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**